

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

CONSIDERANDO que tramita nesta Promotoria de Justiça, Inquérito Civil autuado sob o nº 06.2018.00001647-3, versando sobre políticas públicas a serem implantadas no Município de Itapema, relativas ao bem estar animal;

CONSIDERANDO ser o Ministério Público, face o disposto no art. 129, inciso III da Constituição da República, o órgão público encarregado de promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do Meio Ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que constitui função essencial do Ministério Público a defesa da ordem jurídica, que tem como corolário a fiscalização no cumprimento das leis pela sociedade;

CONSIDERANDO que a Lei nº 2.789/2009, que dispõe sobre o controle e proteção de populações animais, bem como a prevenção de zoonoses, no Município de Itapema, **no seu art. 9º** esclarece que “Será apreendido todo e qualquer animal: [...] IV – Mantido em condições inadequadas de vida ou alojamento; V – Cujas criação ou uso esteja em desacordo com a legislação vigente”. Em seu parágrafo único, é dito que “Os animais que forem apreendidos, em desobediência ao estabelecido nesta Lei, serão [...] b) Mantidos em Centro de Controle de zoonoses, com todas as condições de alojamento, alimentação e cuidados veterinários...”.

CONSIDERANDO que, segundo conclusões obtidas pela Organização Mundial de Saúde e Ministério da Saúde do México, Costa Rica e Brasil, na I Reunião de Especialistas sobre Posse Responsável de Animais de Companhia e Controle de Populações Caninas, realizada em 2003, no Rio de Janeiro, somente medidas humanitárias sistemáticas que contemplem conjuntamente o controle de natalidade através da castração em massa; a educação para propriedade responsável e respeito a todas as formas de vida;

rigorosa fiscalização e controle de criadouros e comércio; e um sistema eficiente de identificação e registro, é que trazem resultados substanciais para controlar a superlotação de cães e minimizar a incidência de zoonoses;

CONSIDERANDO que a implantação de uma política responsável de proteção dos direitos dos animais, mediante ações preventivas, tais como campanhas educativas, castração, vacinação e chipagem, trará benefícios diretos à proteção dos animais, representará ainda em um benefício à saúde pública, gerando economia aos cofres públicos e com um maior alcance e eficiência destas ações à solução do problema, em comparação às intervenções médico-curativas;

CONSIDERANDO, ainda, que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, sendo "vedadas", na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade (art. 225 da CRFB/88);

CONSIDERANDO que este órgão ministerial celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta com o Município de Itapema, por meio do qual este se comprometeu a: 1) edificar um canil/gatil para acolhimento dos animais apreendidos/abandonados na cidade, nos moldes da legislação pertinente, no prazo de um ano; 2) realizar obras de revitalização do canil já existente, de modo a proporcionar um espaço digno para os animais, enquanto o novo estava sendo edificado; e 3) promover castração dos animais, no período de construção do novo canil, em clínicas particulares, através de compensações em TACs firmados pela fundação ambiental municipal – FAACI;

CONSIDERANDO que as cláusulas 2ª e 3ª foram efetivamente cumpridas pelo Município de Itapema, mas que este, agora, requereu a sua desobrigação em relação à edificação de um novo canil na cidade, sob o argumento de que vem implementando diversas políticas públicas relativas ao bem estar animal,

as quais, juntamente com a manutenção do canil já existente, são suficientes para atender tal demanda.

CONSIDERANDO que, de fato, já existe um canil em funcionamento no Município de Itapema;

CONSIDERANDO que a iniciativa de construção de um novo canil partiu da presente Administração Pública Municipal, que assumiu em janeiro/2016, já que a ideia inicial era apenas a de proceder melhorias no canil já existente, de molde a torná-lo um ambiente digno e adequado para o recebimento dos caninos;

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público, dentre as quais se destaca a legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses relacionados à preservação do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, prevista no art. 129, inc. III, da CRFB/88;

CONSIDERANDO, afinal, a autorização para lavrar com os interessados termo de compromisso de ajustamento de condutas às exigências legais, como previsto no art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85 e art. 19 e seguintes, do Ato nº 335/2014/PGJ;

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, representado, neste ato pela 1ª Promotora de Justiça da Comarca de Itapema, **CARLA MARA PINHEIRO**; o **MUNICÍPIO DE ITAPEMA**, por seu Procurador Geral, **Dr. PATRICK SENA SANTANA**; e a Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema – FAACI, por seu presidente e por sua procuradora, **DIEGO FURTADO e CAROLINA IOPPI**, respectivamente, **RESOLVEM** firmar, por meio deste instrumento, **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUCTA**, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1ª O Município de Itapema, denominado compromissário, se compromete a manter o canil/gatil municipal no local aonde se encontra atualmente, na rua 406 H1 em condições satisfatórias de estrutura

física, higiene e salubridade, promovendo todas as obras de reparação que se mostrarem necessárias para a manutenção do local, atentando aos critérios estabelecidos pela legislação vigente que rege a matéria, detidamente as Resoluções 1.015/2012 e 1.069/2014 do Conselho Federal de Medicina Veterinária;

CLÁUSULA 2ª O Compromissário já implantou um programa/rede permanente de Defesa e Proteção Animal, a ser coordenado pela Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, podendo envolver agentes públicos, particulares e terceiro setor, o qual vem se desenvolvendo através de feiras de adoção, castrações, ações de fiscalização contra maus tratos aos animais e outras iniciativas;

CLÁUSULA 3ª No prazo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do presente, o Compromissário irá encaminhar para a Câmara Municipal de Vereadores, um projeto de lei para criação de um Programa de Cadastramento dos Protetores e Cuidadores de Animais, pormenorizadamente regularizado, com fluxos claros e precisos. Tais protetores e cuidadores estarão aptos a fazer o acolhimento dos animais acidentados e demais casos emergenciais a clínicas cadastradas junto ao Município e outras funções próprias;

Ainda, no mesmo prazo, será encaminhado projeto de lei para a Câmara Municipal, para a criação e implementação do Fundo do Bem Estar Animal, que será gerenciado pelo Conselho Municipal de Controle de Zoonose e Bem Estar Animal;

CLÁUSULA 4ª O Compromissário se compromete a implementar política pública voltada à realização de campanhas permanentes de vacinação anti-rábica, castração/esterilização e microchipagem animal gratuita à população carente e de animais de rua, podendo os serviços serem complementados, a custo social, mediante convênios com clínicas do Município, observando-se, como critério de credenciamento, o disposto na Lei Federal nº

5.517/68¹; Decreto Federal nº 64.704/69² e Resolução nº 670 do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV)³, o que, inclusive, já foi implementado;

CLÁUSULA 5ª - O Compromissário se compromete, ainda, a dar início à mutirão de castração social, com valor reduzido para pessoas carentes, no prazo de três meses contados da assinatura do presente;

CLÁUSULA 6ª - O Compromissário já vem realizando um um programa de educação humanitária ambiental sobre formação de valores e respeito a todas as formas de vida, junto à rede de ensino fundamental municipal e à sociedade itapemense, voltado à conscientização sobre a responsabilidade de guarda, conservação e respeito à fauna urbana, controle populacional e prevenção aos agravos à saúde pública;

CLÁUSULA 7ª - O Ministério Público se compromete a não adotar qualquer medida judicial, de cunho civil, contra a compromissária, no que diz respeito aos itens acordados, caso o ajustamento de conduta seja cumprido;

CLÁUSULA 8ª - O descumprimento ou violação de qualquer dos compromissos assumidos implicará, a título de cláusula penal, no pagamento de multa no importe de **R\$ 200 (duzentos reais)** por cada dia em desacordo com o presente termo, exigível enquanto perdurar a violação, cujo valor será atualizado de acordo com índice oficial, até efetivo desembolso. A multa será recolhida ao Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (Conta Corrente nº 63.000-4, Agência 3582-3 do Banco do Brasil), bem como *;

CLÁUSULA 9ª - A comprovada inexecução dos

¹ Dispõe sobre o exercício da profissão de médico-veterinário e cria os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária.

² Aprova o Regulamento do exercício da profissão de médico-veterinário e dos Conselhos de Medicina Veterinária.

³ Conceitua e estabelece condições para o funcionamento de estabelecimentos médicos veterinários, e dá outras providências.

compromissos previstos nas cláusulas acima, ou a continuidade da conduta, facultará ao Ministério Público Estadual a imediata execução judicial do presente título.

CLÁUSULA 10ª - As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

CLÁUSULA 11ª - Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente termo de compromisso, com eficácia de título executivo extrajudicial e que será submetido à análise do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do art. 20 do Ato nº 335/2014/PGJ.

Itapema, 04 de abril de 2018

Patrick Sena Santana Carolina Ioppi

Diego Furtado

Carla Mara Pinheiro

DO ARQUIVAMENTO

Diante da celebração do presente Termo de Ajustamento de Conduta, exaurindo-se com ele o objeto do presente, promove o Ministério Público, o ARQUIVAMENTO do Inquérito Civil nº 06.2018.00001647-3, comunicando, nesta data, tal providência ao Compromissário Município de

Itapema, na pessoa da Prefeita Municipal, Nilza Nilda Simas, salientando que, caso não concorde com o arquivamento efetuado, poderá apresentar razões escritas ou documentos para apreciação do Conselho Superior do Ministério Público até a sessão de julgamento, conforme estabelecido pelo artigo 27 do Ato nº 335/2014/PGJ.

Após, remetam-se os autos ao E. Conselho Superior do Ministério Público (art. 26, §1º, do Ato n. 335/2014/PGJ), dando-se as baixas devidas junto ao SIG/MPSC.

Itapema, 04 de abril de 2018.

Carla Mara Pinheiro
Promotora de Justiça